

# Gênero, Poder e Vocação Religiosa: um breve ensaio

Vanessa de Faria Berto<sup>82</sup>

## Resumo

No campo das Ciências Sociais, podemos encontrar estudos recentes que privilegiam questões de representação social e de hierarquia da Igreja Católica em relação a seus integrantes, mulheres e homens. Contudo, pesquisas antropológicas que focalizam diretamente as disposições da inclinação religiosa feminina e masculina dentro do catolicismo são parcas, principalmente na contemporaneidade. O presente ensaio representa algumas reflexões teóricas sobre o tema, uma vez que este é justamente o foco de minha tese de doutorado, em andamento. Neste sentido, o texto a seguir procura explicar sobre as relações entre as principais categorias utilizadas nesta investigação, quais sejam, gênero, poder e vocação religiosa.

**Palavras-chave:** Gênero. Poder. Vocação religiosa. Ordens católicas.

## Abstract

In the field of social sciences, we find recent studies that emphasize issues of social representation and hierarchy of the Catholic Church in relation to its members, women and men. However, anthropological research that directly focus on the provisions of female and male religious inclination within Catholicism are meager, especially nowadays. This trial represents some theoretical reflections on the topic, since this is precisely the focus of my doctoral thesis, in progress. In this sense, the following text tries to explain about the relationships between the main categories used in this investigation, namely, gender, power, and religious vocation.

**Keywords:** Gender. Power. Religious vocation. Catholic orders.

## Introdução

*Aparentemente* alijado/as do mundo público, o/as membros do clero católico – e, em particular, aqueles e aquelas que se inscrevem em ordens comumente caracterizadas pelos votos de pobreza e de reclusão – quase nunca estão na ordem das discussões que envolvem historiadore/as, sociólogo/as e

---

<sup>82</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília. Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG) e do Grupo de Pesquisa – CNPq “Cultura e Gênero”. Contato: [vanessafberto@ig.com.br](mailto:vanessafberto@ig.com.br).

antropólogo/as da atualidade. E, quando são notado/as, o são sob os mais frequentes estereótipos.

Embora mudanças tenham ocorrido, a forma como tais fontes sobre vocações e condições de vida religiosas foram produzidas permanece fortemente ancorada a preconceitos e ao senso comum, principalmente quando se investiga arquivos e discursos religiosos. Daí a importância de se buscar conhecer, ouvir, analisar, da melhor forma possível, a história dessas pessoas.

A imagem de que freis e freiras devem ser calmo/as, silencioso/as, obedientes e servis, recolhido/as da multidão, ainda está presente nas falas e nas práticas do/as que tomaram para si a responsabilidade de estabelecer, ao menos “oficialmente” (ou ainda, “academicamente”) o que é ser “um homem/uma mulher a serviço de Deus”. Contudo, o cotidiano raramente comprova a teoria. Citando apenas como exemplo, a respeito do que foi observado até agora em pesquisas de campo realizadas no *Mosteiro Maria Imaculada*, da Ordem de Santa Clara, e no cotidiano da *Paróquia de Nossa Senhora de Fátima*, coordenada pelos freis da Ordem dos Frades Menores – Franciscanos, ambos situados na cidade de Marília/SP (cujos membros são os principais sujeitos de minha tese de doutorado em andamento, da qual este ensaio representa algumas breves reflexões), clérigos e clérigas não demonstram reservas em manifestar sentimentos, como alegria, tristeza, frustração. Elas/ Eles riem, cantam, trabalham, dançam, choram, duvidam... Ações e reações que quase sempre vão contra o que *se espera destas pessoas* – e refiro-me não apenas às opiniões construídas no/ pelo senso comum, mas também pelos que se registram enquanto especialistas no assunto.

No texto a seguir, procurarei explicar e justificar a principal categoria escolhida para servir como ferramenta de análise na supracitada pesquisa<sup>83</sup> – qual o seja, o *gênero* – estabelecendo brevemente sua relação intrínseca com a noção de *poder*. Procurarei explanar ainda a questão da vocação religiosa e as discussões que a envolvem, atualmente, no campo das Ciências Sociais. Ao final, um sucinto comentário sobre a hipótese acerca de se “fazer política” fora da esfera pública.

## Sobre gênero e poder: duas faces da mesma moeda?

São muitos os “usos e abusos do gênero”, para empregar a expressão certa registrada por Heilborn (1992, p. 39). Com maior ou menor ênfase em suas interpretações, os variados empregos do conceito têm em comum, de certa forma, a afirmativa da construção social das distinções sexuais como forma de resgatar a produção cultural e histórica das relações entre homens e mulheres. Guardadas as devidas proporções, as teorias que se utilizam do conceito gênero buscam, afinal, a superação do determinismo biológico, o qual, baseado apenas nas diferenças de sexo e ancorado em argumentações provenientes da medicina e das ciências biológicas em geral, procura justificar a caracterização de mulheres e homens enquanto seres *qualitativamente* distintos.

Entre as várias concepções sobre as relações de gênero, em minha pesquisa destaco aquela que procura também ressaltar seu caráter eminentemente cultural, enfatizando sua utilidade na análise da

---

<sup>83</sup> Intitulada provisoriamente “Irmão Sol, Irmã Lua: gênero e poder no cotidiano de ordens católicas de Marília-SP”, minha tese de doutorado se propõe partir da análise da trajetória de clérigos e clérigas da religião católica – de espaços supracitados – para, através de um estudo biográfico e da análise de seus discursos, verificar os diferentes sentidos que atribuem à adesão da vida consagrada, levando em consideração as variáveis de seus contextos e as implicações que as levam à escolha.

constituição dos significados e das relações de poder socialmente constituídas. O saber que se produz sobre as diferenças sexuais e corporais, bem como sobre o lugar das mulheres e dos homens na divisão sexual do trabalho, caracteriza-se pela sua variabilidade e natureza *política*. Gênero, assim, é utilizado com a preocupação social, histórica e cultural de superar as explicações biologizantes acerca das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e com ênfase em sua definição como um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Nossa socialização (ou seja, entre seres humanos) interfere na forma como nos relacionamos, intervém em todas as escolhas que fazemos e nas diversas maneiras como atuamos. Não se trata de afirmar que sempre foi assim ou que é algo inerente à nossa 'natureza'. Antes, busca-se afirmar que as expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto. As inúmeras decorrências desses pressupostos elevam a utilização do conceito de gênero a uma categoria explicativa muito fértil para a análise dos aspectos da vocação e do trabalho religioso, alvo de compreensão de minhas investigações.

A teorização do gênero tem também, como podemos encontrar, particularmente, nas análises de Joan Scott (1990), outra importante premissa: o conceito pode ser identificado como uma primeira forma de dar significado às relações de poder. O gênero é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. A partir das relações de gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre as pessoas.

Desse modo, o estudo do gênero se aplica como um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Para a própria Scott (1990), por exemplo, muitas relações de dominação da história, tais como na Revolução Francesa, nos regimes autoritários, no conceito de classe, estão ancoradas e se constituem na categoria do gênero, e para entendê-las é necessário entender este último.

A compreensão do gênero ainda possibilita promover dentro da história a emergência de *contra discursos*, ou mesmo de uma epistemologia filógena

que elimina [ou deveria eliminar] a preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista (RAGO, 1998, p. 24).

Pois o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites, os quais a história deve "libertar". O gênero expõe o dilema da diferença, a construção de desigualdades binárias, de diferenças pretensamente naturais, o que significa lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais.

As significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, e se fazem refletir nas condições de vida de homens e de mulheres, independente de uma relação óbvia entre as mesmas. O poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político; por isso que, na base de regimes totalitários ou ditatoriais, as relações de gênero são estreitamente codificadas e vigiadas. Mesmo sem uma justificativa imediata e pragmática, como no caso de dissidentes políticos ou minorias étnicas e religiosas, nos regimes de exceção as minorias de todos os tipos são controladas e conformadas a uma moral estrita. Há algo

---

mais aí, além de preconceitos, de desejo de dominação e de controle: trata-se de poder.

O conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formou a base sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas 'desnaturalizantes' sob as quais se davam, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, bem como do masculino com força e dominância – e que até hoje servem para justificar estereótipos. Neste sentido, o principal embate de Judith Butler (2003) se deu com a premissa na qual se origina a distinção sexo/gênero: sexo é natural e gênero é construído. Butler afirmou que, "nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino" (2003, p. 26).

Segundo a autora, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito. Na tentativa de "desnaturalizar" o conceito, Butler propôs libertá-lo daquilo que chamou de "metafísica da substância" (2003, p. 35). Ela argumentou que, ao contrário do que defendem/defendiam as teorias feministas, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual, que não denota um ser substantivo, mas antes "um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes" (2003, p. 29).

## A questão da vocação religiosa

Quando analisamos dados instituídos pelos censos realizados no Brasil nas últimas décadas, é possível constatar a significativa perda da Igreja Católica em relação ao número de seus membros<sup>84</sup>. Tendo em vista a tradição católica histórica de nosso país, tais informações não deixam de impressionar, ainda que façam correspondência a algumas previsões de estudos anteriores<sup>85</sup>. Todavia, não é somente o número de fiéis católicos que diminuiu nos últimos anos. O quantitativo de aspirantes a levar uma vida direcionada ao trabalho religioso também apresenta uma expressiva redução.

No campo das Ciências Sociais, podemos encontrar estudos recentes que privilegiam questões de gênero, de representação social, de hierarquia e de poder da Igreja em relação às mulheres e homens católicos e ao celibato (Fernandes, 2005; 2007; 2011). Há pesquisas que abordam temáticas sobre a vida monástica e trabalhos que enfocam sobre a conversão de católicas e católicos às vertentes pentecostais (Machado, 1996). Ou ainda, estudos que se debruçam sobre a postura de mulheres e homens diante da pedagogia infundida pela Congregação Cristã. Contudo, pesquisas antropológicas que focalizam diretamente as disposições da inclinação religiosa feminina e masculina dentro do catolicismo são poucas, principalmente na contemporaneidade.

Nesse sentido, é singular neste ensaio, particularmente, a proposta de iniciar – e não esgotá-la, obviamente – uma breve reflexão teórica acerca desta modalidade de vocação, uma vez que os resultados deste tipo de análise poderão fornecer oportunidades de compreender e tratar questões inventariadas não somente às relações de gênero (e, portanto, de poder), bem como pensar sobre as reconfigurações do

---

<sup>84</sup>Para mais informações, ver Mapas das Religiões divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam queda do número de católicos, em torno de 10% entre os anos de 2000 e 2010.

<sup>85</sup> Ver, por exemplo, Pierre Sanchis (1994 e 1997); Carlos Steil (2001); Faustino Teixeira (2005).

catolicismo atual e analisar suas conseqüentes (e novas) representações<sup>86</sup>.

Segundo Aphonse Dupront (1995) e Paul Valadier (1999), o catolicismo precisa encontrar instrumentos que insurgem do mundo secular contemporâneo para lidar com as tensões que afligem a instituição. Ronaldo Almeida (2010), ao aferir os estudos sobre o campo religioso brasileiro, avalia que a religião parece estar num trânsito paradoxal, como se estivesse se propagando ao mesmo tempo em que se dissipa. O argumento de Almeida vai de encontro com o ponto de vista da socióloga Danièle Hervieu-Léger (2008), que registra:

[...] já é visível que a crise que atinge todas as grandes igrejas não está, inicialmente, relacionada à perda da plausibilidade do conteúdo das crenças que elas difundem. [...] A vida doméstica, profissional ou política, a experiência afetiva, estética ou espiritual de cada um estão ligadas, agora, a campos de atividade segmentados. Envolvido nessas experiências desconexas umas das outras, é difícil para o indivíduo reconstruir a unidade de sua vida pessoal. Os sistemas religiosos, que se apresentam como códigos globais de sentido no interior dos quais se supõe que toda experiência humana individual e coletiva encontra sua coerência, perdem, dentro desse processo, sua credibilidade. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 56).

Hervieu-Léger (2008, pp. 57-58) assinala ainda que para compreendermos a Modernidade religiosa, precisamos levar em conta as “crises de transmissão” de valores. Em outras palavras, a transmitância, seja de que ordem for, enquanto a condição essencial de sobrevivência da sociedade através do tempo, sofre com as inúmeras possibilidades que o mundo globalizado apresenta; ela é apreendida pelas múltiplas identidades que a pessoa moderna pode compor, congregando valores e práticas que não se enquadram exatamente com os que foram transmitidos pela família ou pelo grupo ao qual faz parte.

No caso do campo religioso brasileiro, as conformações institucionais transformaram-se em grau equivalente às da sociedade. Atualmente, de acordo com dados do CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 2010), desde a década de 1970 verifica-se um evidente decréscimo de religiosas e religiosos no quantitativo do clero católico.

Obviamente, essa “crise de vocações religiosas” apresenta-se como uma preocupação para a Igreja. E, conforme a ideia de *capital religioso* formulado por Bourdieu (2011), um dos principais motivos dessa aflição reside justamente na dificuldade que a instituição enfrenta em mostrar-se mais atrativa para as mulheres e os homens das últimas gerações. Não havendo grande procura, a transmissão do capital religioso adquirido entra em crise e fica comprometida – a Igreja sofre com a falta de mão de obra para o trabalho religioso e, numa perspectiva local, também os serviços públicos prestados por ela à cidade. “A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico desta ordem, pela consecução de sua função específica” (BOURDIEU, 1998, p.70). Ou seja, a religião cumpre uma função de conservação da ordem social, através da sua própria linguagem, ajustada a uma visão política do mundo social.

---

<sup>86</sup> É dessa forma ainda que me proponho, em minha tese em construção, abordar indicadores históricos, sociais e culturais inter-relacionados, analisar e questionar o problema da construção do conceito de “fazer política”, partindo de dois universos específicos, mas relacionados – qual seja, o Mosteiro das Irmãs Clarissa e o Mosteiro da Ordem dos Franciscanos de Marília-SP – de modo a interpretar os processos de exclusão e de subordinação femininos/ masculinos ocorridos, bem como da construção das relações de poder e das diferenças de sexo, de classe, etnia, raça. Talvez seja interessante denotar que elegi os espaços privados (e recluso, no caso da Ordem Claridiana) de um convento e de um mosteiro a fim de versar sobre como tais membros do clero católico, de diferentes faixas etárias, provenientes de conjunturas familiares e sociais as mais diversas, elaboram suas próprias narrativas sobre o chamado para a vida religiosa e de como a construção social da vocação se transforma em estruturas de poder e hierarquia de longa e de curta duração.

Justamente por conta de eventualidades, como a crise do catolicismo, a emancipação feminina das últimas décadas, a dificuldade imposta pela vida monástica, entre outras, os significados sociais sobre a vocação religiosa se transformam, pois, como afirma Sahlins, “os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada” (1999, p. 174).

## “Fazer política” em outras esferas: possibilidades

Muito provavelmente, uma das principais dificuldades encontradas por qualquer pesquisador/a que se dedica a uma relativamente inédita (e, portanto, complexa) pesquisa – por exemplo, as condições e intenções de vida que se desenvolvem em um universo específico – são as que envolvem a malfadada “invisibilidade” da vida cotidiana diante do que é *oficial*. Não por acaso, a historiografia atual, que há décadas enfrenta uma crise dos modelos tradicionais, vê-se diante da necessidade de rever seus discursos, até então baseados na universalidade das versões, bem como, e principalmente, de dar espaço e voz aos sujeitos que até então atuavam e transitavam nas margens da construção histórica (contudo, não no declive dos acontecimentos).

Os movimentos sociais contemporâneos, em particular, os feministas, através da crítica à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas, obtiveram sucesso em buscar e estabelecer referenciais de análise menos limitados, que permitam integrar homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento dos processos sociais. Nesta linha, Joan Scott (1990) apresentou uma contribuição importante ao debate ao propor o uso do gênero como categoria de análise, pela qual é possível compreender a relações entre os sexos e a constituição da sociedade, onde se inclui necessariamente a dimensão política.

A partir da perspectiva de gênero, cada vez mais priorizam-se as investigações históricas e sociológicas que procurem incorporar as múltiplas dimensões do social em sua análise, de forma relacional. Dados levantados por tais pesquisas têm evidenciado uma gama infinita de experiências que não podem ser interpretadas a partir de definições dicotômicas, preestabelecidas. A emergência de tais dados conduziu à reavaliação de conceitos e critérios sobre as relações entre o privado e o público, bem como entre o pessoal e o político, na busca de novas alternativas de análise.

As novas abordagens que vêm sendo desenvolvidas a partir dessas novas indagações têm dado visibilidade à presença de indivíduos diferentes como agentes integrados aos processos sociais e, justamente por isto, têm também despertado inquietações teóricas em várias áreas das ciências humanas. Os dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta dos seres em sociedade – principalmente nas áreas da História, da Antropologia e da Sociologia – evidenciam que variadas e muitas são as atividades que se têm desenvolvido não somente em espaços tidos como públicos, como a comunidade, a organização religiosa, a vizinhança, a rua e a fábrica, mas antes em lugares que, se podem ser considerados como privados, não oferecem menos influência e consequência sobre as ações humanas. Várias pesquisadoras e diversos pesquisadores responsáveis por estes trabalhos têm enfatizado a necessidade de serem repensados conceitos ideológicos enraizados e tidos como explicativos e, principalmente, de reavaliar o *político* no campo da história cotidiana (FARGE; PERROT, 2001).

Destarte, a revisão teórica proposta por diversos autores na análise da participação política, além da crítica ao viés androcêntrico, levanta como um ponto fundamental a ampliação do conceito de política, para que abarque não apenas a política institucional, mas também agregue atividades convencionais e não convencionais (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998). Esta visão ampliada inclui ainda uma redefinição dos espaços de atuação das pessoas, mostrando as interpelações entre o público e o privado. A política adquire então outras dimensões, mais amplas, abrangendo novas práticas significativas em outros níveis além do tradicional.

A ideia de um cotidiano vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo também em minha investigação. Sim, a vida de muitos religiosos se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Ao lado das transformações individuais, pessoais, no nível do privado, se chega gradativamente a transformações no nível público.

A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretções globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político.

Acredito, assim como teorizou Butler (2003), na possibilidade de haver política sem que seja necessária a constituição de uma identidade fixa, de um sujeito a ser representado para que essa política se legitime. Parece-me necessário repensar essa exigência da política, qual seja, a presença de um sujeito estável, estático, portanto, imóvel – e que movimento precisaria de um sujeito assim?

Trata-se de tentar deslocar as teorizações e os movimentos de luta do campo do humanismo, como prática política que pressupõe o sujeito como identidade fixa, para algo que deixe em aberto a questão da identidade, algo que não organize a pluralidade, mas a mantenha aberta sob permanente vigilância. Nas palavras de Butler:

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura *fundante* em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar (2003, p. 213).

O paradoxo que a autora aponta nos impediria de pensar o sujeito como um devir permanente, como um processo ou uma promessa. Mas, isso significaria que esse sujeito seria também 'irrepresentável'? E quais as consequências disso? Existiria alguma possibilidade de ganho nessa 'libertação'? Butler parece defender essa ideia:

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga (2003, p. 215).

Trata-se de deixar de lado a ideia da existência certa de um 'sujeito da história', substituindo noções unitárias de mulher e de homem, bem como de identidades genéricas afins, por conceitos, mais plurais e complexos, de identidade social, nos quais o gênero seria somente um traço relevante entre outros. Exigir

sujeitos estáveis para fazer política cria um pressuposto fixo a uma realidade instável. Em outras palavras, trata-se de tentar construir castelos sólidos na areia.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Míriam. CASTRO, Mary Garcia (orgs.). *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Rio de Janeiro: UNESCO/ CEPIA, 1998.

ALMEIDA, Ronaldo de. Religião em transição. In: MARTINS, C. B. & DURATE, L. F. D. (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 65-83.

BOURDIEU, Pierre. Das regras às estratégias. In: Ibidem. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1998. p.77-95.

\_\_\_\_\_. Gênese e estrutura do campo religioso. In: Ibidem. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 27-69.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais). *Censo Anual da Igreja Católica no Brasil: análise sociológica da evolução numérica da presença da Igreja no Brasil*. 2010. Disponível em: <[http://www.ceris.org.br/pdfs/analise\\_censo\\_igreja\\_2011.pdf](http://www.ceris.org.br/pdfs/analise_censo_igreja_2011.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

DUPRONT, Alphonse. *A religião católica: possibilidades e perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FARGE, Arlette. PERROT, Michelle. Cultura e poder das mulheres: ensaio de Historiografia. Tradução de Rachel Soihet, Rosana M. Soares, Suely Gomes Costa. In: *Gênero: Revista do Núcleo Interdisciplinar de estudos de gênero*. Florianópolis: NUTEG/ UFSC, 2º semestre de 2001. N. 1, vol. 2, pp. 07-30.

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. A não-ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, mai/ago de 2005. N. 13, vol. 2, pp. 425-436.

\_\_\_\_\_. Impasses da vida religiosa em contexto multicultural: interpelações sociológicas sobre demandas de identidade. *Cadernos de Ciências Humanas*. Santa Catarina: UFSC, jul/dez de 2007. N. 18, vol. 10, pp. 679-701.

\_\_\_\_\_. Entre tensões e escolhas, um olhar sociológico sobre jovens na vida religiosa. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília: UnB, set/dez. de 2011. N. 3, vol. 26, pp. 663-683.



HEILBORN, Maria Luiza. Usos e abusos da categoria gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Y Nosotras Latino americanas?* Estudos sobre gênero e raça. Fundação Memorial da América Latina, 1992, pp. 39-44.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, ANPOCS, 1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M. & GROSSI, Míriam P. (orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, pp. 17-35.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira”. *Revista de Antropologia*, São Paulo: FFLCH/USP, 1994. Vol. 37, pp. 145-181.

\_\_\_\_\_. As religiões dos brasileiros. *Horizonte*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2º semestre de 1997. N. 2, vol. 1, pp. 28-43.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, vol. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez., 1990.

STEIL, Carlos. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciencias Sociales y Religión*. Porto Alegre: UFRGS, outubro de 2001. Ano 3, n. 3, p. 115-129.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. *Revista USP*. São Paulo: USP, set/nov. de 2005. N. 67, pp. 14-23.

VALADIER, Paul. *Catolicismo e sociedade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.